



GRUPO PARLAMENTAR

Projeto de Resolução n° 299/XIV/1ª

Recomenda ao Governo que promova um estudo sobre o financiamento das IPSS que acabe com o crónico subfinanciamento do setor, atenda à modulação regional de forma a corrigir as assimetrias existentes e promova a harmonização das carreiras profissionais nas IPSS.

Exposição de motivos

As Instituições do Setor Social e Solidário assumem um papel essencial na sociedade portuguesa uma vez que asseguram múltiplos apoios às populações de todo o país, com proximidade, humanismo e proficiência.

Isto mesmo é reconhecido pelos partidos políticos com assento parlamentar que, em 2013, por unanimidade, aprovaram a Lei de Bases da Economia Social.

Também o Estado reconhece o papel incontornável e essencial de verdadeira parceria das Instituições da Economia Social que asseguram, com vantagem, os serviços e apoios que o Estado não consegue assegurar aos cidadãos, especialmente aos mais fragilizados, seja em razão da sua situação económica, idade, dependência ou outra.

O reconhecimento do Estado é, ao nível financeiro, efetuado através do estabelecimento de regras de comparticipação financeira traduzido num “Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário”.

Porem, o Estado decide unilateralmente sobre diversas questões com repercussão inevitável nas Instituições da Economia Social e, pela sua ação ou omissão exerce pressões de índole financeira sobre a atividade destas instituições.

Por outro lado, e apesar das assimetrias regionais que originam carências diferentes das populações, o Estado não faz qualquer diferenciação no apoio financeiro que presta às Instituições, tratando de forma igual o que é desigual.

É pois evidente que o Estado não é justo nas condições e exigências que dita às Instituições da Economia Social.



GRUPO PARLAMENTAR

O Grupo Parlamentar do PSD está bem ciente da relevância das instituições da economia social e solidária e, por isso, entende essencial que o Governo estude uma nova forma de financiamento deste setor, atenta uma modularidade regional e fazendo um levantamento das assimetrias regionais propondo medidas, nomeadamente financeiras, para as contrariar.

Por outro lado, o Governo deve ainda promover a harmonização de carreiras profissionais nas IPSS que hoje penaliza e discrimina milhares de trabalhadores nestas organizações e minam o bem estar e paz social e a eficiência que deve ser preservada a todo o custo.

Nestes termos e nos mais de direito, constitucionais, legais e regimentais, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República recomenda ao Governo que:

Proceda ao estudo de uma nova forma de financiamento das IPSS que acabe com o crónico subfinanciamento do setor, atenda à modulação regional corrigindo as assimetrias existentes e promova a harmonização das carreiras profissionais nas IPSS.

Palácio de S. Bento, 5 de março de 2020

Os Deputados